

AJUDA EXTERNA: FMI abrirá duas linhas para o país, uma por sistema de stand-by e outra por mecanismo de reserva suplementar

Metade do pacote deve ser liberada até o início de 99

Com a assinatura do acordo formal, em duas semanas, país terá a primeira parcela, entre US\$ 9 bilhões e US\$ 10 bilhões

Arquivo

• BRASÍLIA e WASHINGTON. Praticamente a metade do total de US\$ 41,5 bilhões do pacote de ajuda internacional ao Brasil, cerca de US\$ 19 bilhões, deverá estar liberada até o início do próximo ano. Dentro de duas semanas, assim que for assinado o acordo formal com o Fundo Monetário Internacional (FMI), uma parcela entre US\$ 9 bilhões e US\$ 10 bilhões estará chegando. Os recursos virão principalmente do Fundo, cerca de US\$ 5 bilhões; do Banco Interamericano de Compensações (BIS), cerca de US\$ 4 bilhões; e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com cerca de US\$ 1 bilhão. No início de 1999, outra parcela, com distribuição semelhante à primeira deverá ser liberada. Com isso, a estimativa do Governo é de ter sacado do conjunto de linhas de empréstimo que estão sendo abertas aproximadamente US\$ 19 bilhões, equivalentes a 46% do pacote total.

A segunda parcela de liberação dos recursos deveria ser feita somente após a primeira revisão trimestral do programa pelos técnicos do FMI, marcada para março de 1999. A intenção do Governo brasileiro, no entanto, é antecipar ao máximo o recebimento dessa parcela.

O FMI está abrindo duas linhas para o Brasil, uma pelo tradicional sistema de stand-by e outra

pelo mecanismo novo de reserva suplementar. Ao todo, o FMI porá a disposição do Brasil US\$ 18 bilhões, sendo 30% pela linha de stand-by e os 70% restantes pela de reserva suplementar. O custo do dinheiro proveniente da linha de stand-by foi determinado em 4,25% ao ano e será pago só sobre a parcela de recursos que o Brasil sacar dessa linha.

Linha de reserva suplementar tem custo maior

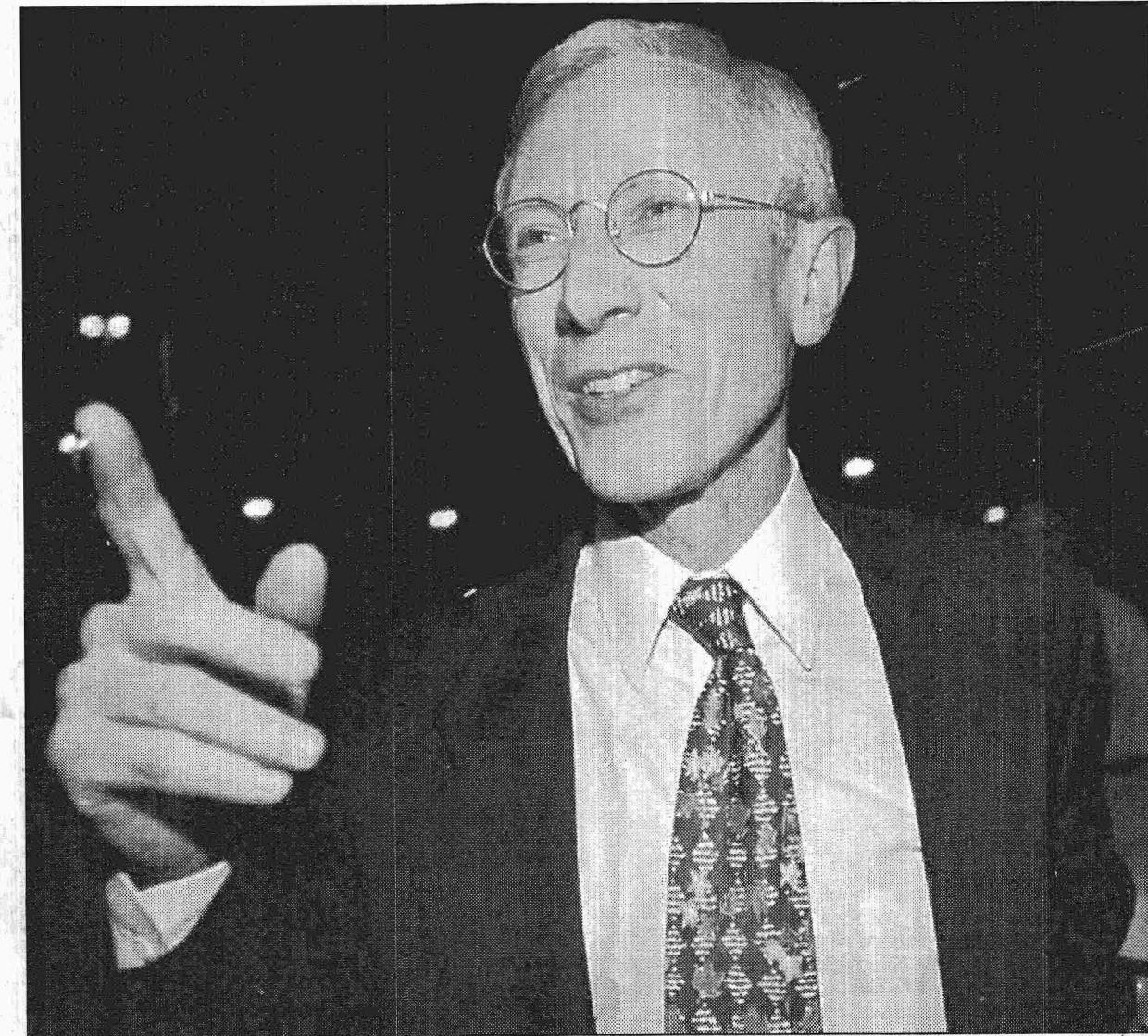
Já para a linha de reserva suplementar, o custo foi estabelecido em 4,25% ao ano, mais um adicional de três pontos percentuais, totalizando 7,25% nas primeiras parcelas. Pelo acerto, o adicional sobre a taxa básica de 4,25% pode ir aumentando até no máximo cinco pontos percentuais, chegando a 9,25%. A taxa inicial de 4,25% também poderá sofrer alguma flutuação, pois é definida com base em uma cesta de moedas. Pelo dinheiro do FMI que for posto à disposição do Brasil e não for sacado, o Governo brasileiro terá que arcar com uma taxa de compromisso próxima a 1% ao ano como custo destes recursos ficarem em disponibilidade para o país.

Os recursos do BIS serão remunerados pela libor, atualmente está fixada em 5,19%, mais 4 pontos percentuais. Com isso, o custo

dos empréstimos do BIS fica em torno de 9,19% ao ano. Uma fonte da equipe econômica explicou que o custo médio dos empréstimos do Governo brasileiro estão bem abaixo do spread que os países emergentes estão pagando para captar recursos no mercado internacional. O custo destas captações está em torno de 10% mais a taxa dos títulos do Tesouro Americano.

Já os recursos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, não têm uma taxa de juros definida, mas deverá ser próxima à média dos programas mais recentes aprovados por estes organismos. Segundo Stanley Fischer, vice-diretor-gerente do FMI, que participou do anúncio do pacote em Washington, o programa de ajuda financeira ao Brasil é inovador por ser preventivo, uma vez que o país decidiu buscar apoio do Fundo mesmo possuindo reservas cambiais suficientes de, atualmente, mais de US\$ 40 bilhões. Os desembolsos iniciais dos acordos bilaterais e do FMI serão proporcionais, disse Fischer.

Segundo Fischer, não se sabe se o Brasil fará o primeiro desembolso previsto, o que ficará a critério dos brasileiros. De acordo com ele, a garantia que o Fundo espera do país é a própria implementação do programa. ■



O VICE-DIRETOR-GERENTE do FMI, Stanley Fischer: "programa de ajuda financeira ao Brasil é inovador"